ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA REALIZADO NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2012

--------Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e doze, pelas dez horas e dez minutos, na Casa das Tias de Nemésio, Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária. ----------

--------Feita a chamada pelo 2º Secretário Ana Rita Meneses Branco verificou-se a presença dos seguintes membros:----------
--------Sofia Machado Couto Gonçalves (Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), Francisco Cardoso Pereira de Oliveira (Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória) chegou após a verificação das presenças na sessão, Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro (Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória), António Gabriel Fraga Martins Maio (Presidente do Conselho de Ilha da Terceira), João Luís Sanchez dos Santos (membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), Guilherme Ferreira de melo (representante da A.M. da Praia da Vitória), Ana Rita Meneses Branco (2º Secretário do Conselho de Ilha da Terceira), Rui Fernandes Nobre de Castro (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), Verónica Dalila Moules Bettencourt (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), Rodrigo Ávila (representante da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo) em substituição de Sandro Rebelo Paim, Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses (1º Secretário do Conselho de Ilha da Terceira), José Manuel Ferreira Pimentel Dias (representante dos Sindicatos – UGT), Berto Messias (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), António Toste Parreira (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores) e Francisco Valadão Vaz (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores).----------

--------Verificou-se a ausência dos seguintes membros:----------
--------Ricardo Manuel Rodrigues de Barros (Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), António Henrique Toledo Alves (representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), Sandro Rebelo Paim (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo), Carlos Valadão Santos (representante da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo), Paulo Manuel Simões Ferreira (Presidente da Direção da Associação Agrícola da Ilha Terceira), Vítor Nelson Garcia da Silva (Representante dos Sindicatos - CGTP), Nélia Nunes (Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), José Gaspar (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), António Ventura (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Paulo Jorge Silva Ribeiro (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Clélio Meneses (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores) e Artur Lima (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores).----------

-------- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, Paulo Jorge Silva Ribeiro (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Carlos Valadão Santos (representante da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo) e Vítor Nelson Garcia da Silva (Representante dos Sindicatos - CGTP).----------

-------- Após saudar todos os presentes o **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio,** em especial os novos membros, fez uma pequena explicação do que se iria passar ao longo da reunião e agradeceu às Câmaras presentes o apoio logístico que têm dado ao Conselho de Ilha, nomeadamente na elaboração das atas. De seguida deu início à votação da ata de catorze de Outubro de dois mil e onze, sendo a mesma aprovada por maioria, com três abstenções. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** começou por explicar que a ausência do ponto relativo ao plano Açores Logístico, se devia ao facto de a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, entidade que tem gerido o dossier relativo a este tema, ter entendido não ser ainda a altura oportuna para o fazer, ou seja, que antes de se fazer a divulgação pública não fazia sentido trazer este tema para debate no Conselho de Ilha. De seguida fez referência à reunião que havia tido com o Secretário da Economia, era dia sete de Dezembro, sob a qual havia dado conhecimento a todos; fez referência ao anúncio feito no Diário Insular, no dia catorze de dezembro, sobre uma ligação marítima quinzenal, sem escalas, entre a Terceira e Leixões/Lisboa, questionando se aumentaria a capacidade exportadora da Ilha; finalmente mencionou que era de todo pertinente trazer à discussão a questão do acesso ao novo hospital e que este tema iria ser mais detalhado pelo Conselheiro Fernando Sieuve. ----------

-------- O **Senhor Conselheiro José Manuel Pimentel Dias** usou da palavra para fazer três sugestões. A primeira sugestão dizia respeito aos símbolos heráldicos que são utilizados na correspondência oficial do Conselho de Ilha, ou seja, que em vez de constar apenas o do Município de Angra, também constasse o do Município da Praia da Vitória, a segunda estava relacionada com os mails disponibilizados na correspondência oficial, ou seja, sugeriu que criasse um mail para o Conselho de Ilha, por fim sugeriu que se publicitasse, nos sítios dos dois municípios da Ilha, todas as atas das reuniões do Conselho de Ilha, desde a sua fundação, ou seja, que se criasse um link em que tudo o que se passasse em sede de Conselho de Ilha pudesse estar lá, bem como a sua composição e respetiva Mesa.----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** respondeu que qualquer uma das sugestões era bem-vinda. Acrescentou que a que lhe dizia mais particularmente respeito era a questão do uso do seu *mail* oficial, confessando que, embora autorizado a utilizá-lo para esses fins, não se sentia confortável com essa situação e que o facto de não terem um secretariado efetivo para esses efeitos se tornava mais difícil a sua resolução, mas que teriam de ultrapassar essa situação. Em relação aos símbolos heráldicos referiu que concordava, porque era Conselho de **ILHA,** e que embora no Regimento se diga que é o Concelho com maior dimensão a dar apoio em termos logísticos, o C I decidiu que se fazia a rotatividade, portanto não haveria qualquer razão para constar só um símbolo. Quanto a publicitar as atas, respondeu que não podia estar mais de acordo, confessando que nunca se havia lembrado dessa questão, acrescentando, ainda, que era uma pena o mesmo já não ter sido sugerido, tal era a sua importância. -----

-------- O **Senhor Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** usou da palavra para levantar a questão sobre a situação que foi noticiada no Diário Insular e que dizia respeito aos acessos ao novo hospital de Angra. Referiu que, de facto, existem erros técnicos facilmente detetáveis. Relembrou que havia sido dito, pelo Sr. Secretário dos Equipamentos Sociais aquando das últimas legislativas, que a circular em causa iria passar a quatro faixas, sendo que posteriormente alguém referiu a possibilidade de se

fazer uma circular externa e que na sua opinião não havia necessidade de mais uma circular externa com todos os problemas que esta acarreta. Acrescentou que era melhor prevenir do que depois andarem a tentar remediar, quando no final o problema é estrutural e que compete a todos pensar nele. Por fim pediu uma boa intervenção da Câmara de Angra, tendo em conta o local onde tanto o hospital como a estada se encontram implementados, nesse sentido e que, em defesa dos munícipes, era de todo o interesse das Câmaras que não houvessem acidentes e que as situações fossem de melhor funcionamento. ----------

-------- Posteriormente, interveio o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** para manifestar a seu agrado e disponibilidade total do Município da Praia da Vitória, para efeitos da proposta do *link* no sitio, quer com a constituição do órgão, quer com as atas e outra documentação que se entenda por relevante. Em relação à questão colocada pelo Conselheiro Sieuve deixou uma sugestão, ou seja, que a Mesa do Conselho de Ilha, antes de quaisquer conclusões que se pudesse ter sobre a matéria em causa, promovesse uma reunião com o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, devido a todas as questões legais e formais presentes, e que a partir daí e se houvesse uma recusa total de enquadrar a situação, o Conselho voltasse a ver a matéria. Concluiu dizendo que era essa a sua sugestão, reunir e posteriormente apresentar os resultados dessa reunião, aos membros do Conselho de Ilha, para se voltar ao assunto. ----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio,** ainda em relação aos acessos ao novo hospital, acrescentou que acataram a sugestão como sendo uma belíssima sugestão e que a irão seguir de imediato. ----------

-------- A **Conselheira Sofia Gonçalves** interveio para informar que, em relação à primeira questão, se associa ao colega Roberto Monteiro e que em relação à assessoria do Conselho de Ilha irão tentar, dentro a sua disponibilidade, dar alguma assessoria em termos de secretariado. Em relação à segunda questão adiantou que é uma situação que também já lhes havia sido colocada, por diversas vezes e em diversos contextos, e que já havia solicitado agendamento de reunião com o Secretário, acrescentando que isso não invalidava que o Conselho de Ilha não o fizesse. ----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** interveio para referir que o entendimento da Mesa era exatamente aquele, ou seja, que as Câmaras Municipais têm a sua iniciativa e que esta deve ser sempre a primeira, que o Conselho terá uma função supletiva, que é um órgão consultivo e que poderá reforçar alguma ideia e fazer alguma pressão. Concluiu dizendo que registava com agrado que a Câmara de Angra já havia tomada a iniciativa mas que, obviamente, também iriam tentar falar com o Sr. Secretário, porque haveria sempre outros assuntos para abordar relativamente à problemática da Ilha. ----------

-------- Por último interveio o **Senhor Conselheiro José Manuel Pimentel Dias** para, em primeiro lugar, agradecer aos Presidentes de Câmara a abertura que mostraram para nos respetivos sítios terem a informação disponibilizada sobre o Conselho de Ilha e recomendou que o respetivo acesso fosse criado em conjunto por forma a não haver diferença na informação. Em relação à questão colocada pelo Sr. Presidente da Câmara da Praia, em relação aos acessos, referiu que concorda absolutamente com a intervenção feita. -- ----------

-------- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, às dez horas e trinta e sete minutos. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

--------1. ELEIÇÃO DA MESA DO CONSELHO DE ILHA PARA O ANO DE 2012. - ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** fez uma pequena explanação sobre o porquê da eleição da Mesa ser no primeiro ponto da ordem de trabalhos. ----------

--------De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** referiu que existia uma proposta para recandidatar a atual Mesa, e que não havia aparecido mais nenhuma lista. Como não apareceu mais nenhuma lista e como não houve qualquer observação, procedeu-se à votação. No entretanto o Sr. Presidente da Mesa informou quais as pessoas que compunham a lista (Presidente – António Maio, Vice-Presidente – Francisco Oliveira, primeiro Secretário – Fernando Menezes e segundo Secretário – Ana Rita Branco) bem como as pessoas que a propuseram (Rui Castro, João Santos, Verónica Bettencourt e Sofia Gonçalves). Foi ainda referido que no último e-mail enviado, fazia referência ao facto do Conselheiro Pimentel Dias ser o mais ativo nas reuniões, porque era uma pessoa que dava sugestões muito válidas, fornecia documentação de apoio e que o que ele dizia fazia todo o sentido, acrescentou que, como o próprio Conselheiro Pimentel Dias sabia, havia muita informalidade, mas que não significava que não se tomasse nota e que de uma próxima vez não fosse da forma como havia sugerido. Concluiu que ele tinha toda a razão, porque fica escrito o sim e o não e, assim, poderia ser reconhecida a letra (alusão ao preenchimento manual dos boletins de voto). ----------

--------Após a recolha de todos os boletins de voto verificou-se que a lista apresentada era eleita com onze votos a favor, um contra e uma abstenção, perfazendo um total de treze votos na urna. ----------

--------Concluiu dizendo que a Mesa agradecia a confiança depositada e que tudo fará para, uma vez mais com isenção e independência, poder dar continuidade ao trabalho deste Órgão. Acrescentou que embora o órgão tenha limitações de enquadramento, em termos jurídicos e de funcionamento, é o único a congregar as várias entidades representativas dos interesses da ilha e se for bem aproveitado, poderá ter muito interesse.----------

--------2. DISCUSÃO DO ART. 20º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** usou da palavra para informar que havia sido o Conselheiro Pimentel Dias a sugerir o presente agendamento e solicitou ao mesmo que explicasse o seu conteúdo aos restantes membros. ----------

--------O **Senhor Conselheiro José Manuel Pimentel Dias** começou por referir que o assunto não visava, na presente reunião, que se tomasse qualquer posição, mas sim sensibilizar, os senhores conselheiros, para a matéria em causa e que depois, numa próxima reunião do Conselho de Ilha, se votaria uma recomendação aos municípios da Ilha Terceira com vista, se assim o entendessem, a acatar a recomendação que dessa saísse. ----------

--------Ainda o **Senhor Conselheiro José Manuel Pimentel Dias** e com o objetivo de explicar o ponto em causa, começa por dizer que esta é uma época em que as dificuldades das famílias são enormes e que além das finanças locais em vigor, a lei dois de dois mil e sete, de quinze de janeiro, possibilita que os municípios possam reverter para os munícipes um valor de IRS até cinco por cento, ou seja, que cada conselho poderá deliberar fazer reverter para os munícipes até cinco por cento da taxa de IRS que

cada conselho tem direito, via orçamento de estado. Acrescentou que, na sua opinião, numa altura de crise se justifica que os municípios da Ilha Terceira possam devolver, no todo ou em parte, a sua percentagem de IRS, sendo que o mesmo já não poderia acontecer no ano em curso mas sim para o próximo ano. Continuou dizendo que deixava à consideração a discussão dessa situação e que, eventualmente, depois formulariam uma recomendação a cada um dos municípios que, por sua vez, acatariam ou não a mesma. Que a ser acatada iria ser votada, até ao fim deste ano económico, e depois seria comunicado às finanças, para efeitos dessa mais-valia. ----------

-------- Posteriormente, interveio a **Conselheira Senhora Sofia Gonçalves** dizendo que embora achasse a questão colocada da máxima pertinência, iria ser muito breve porque não se sentia, ainda, devidamente preparada para dar uma resposta ou muito menos comprometer-se com qualquer situação. Continuou dizendo que se vive momentos muito difíceis e que tem chegado, à autarquia, registos de pessoas que estão a viver situações muito complicadas na sua vida, pelo que considerava de toda a pertinência a proposta realizada, mas que pessoalmente, e atendendo ao pouco tempo que tinha de autarquia, não tinha tido oportunidade de confirmar as implicações reais que essa medida podia tomar, pelo que iria adiar a sua resposta para uma altura em que tivesse, efetivamente, outros dados mais concretos. ----------

-------- O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** usou da palavra para referir que esta não era uma matéria nova e que, aliás, havia sido alvo de alguma cobertura mediática na Região, nomeadamente em alguns conselhos em que a maioria, nas Assembleias Municipais, não suportava o executivo camarário e, em vários casos, essa deliberação foi aprovada, como foi o caso da Graciosa. Referiu que, em boa verdade, a questão colocada é bastante pertinente, no sentido de haver uma reflexão e se perceber qual o caminho a seguir. Acrescentou que a parcela de IRS representa, aproximadamente, novecentos mil euros, por ano, para Angra e cerca de quinhentos e cinquenta/sessenta mil para a Praia, ou seja, uma totalidade de um milhão e meio de euros por ano e que era isso que claramente estava causa. Que da forma como havia sido enquadrado pelo Conselheiro Pimentel Dias, qualquer decisão que fosse tomada ao longo do ano em curso só teria repercussões no ano seguinte e que, aliás, competia às Assembleias Municipais respetivas deliberar sobre essa matéria. Confessou que subscrevia, totalmente, o enquadramento inicial das dificuldades das famílias, a todos os níveis, mas que era preciso ponderar duas situações essenciais na perspetiva de uma eventual decisão que se poderia vir a tomar sobre a questão em causa. Em primeiro que os dois municípios ainda têm por receber o IRS de dois mil e nove e dois mil e dez, ou seja, o equivalente a pouco mais de um ano e em segundo lugar, ao contrário do que se passa por exemplo em São Miguel, os municípios da Terceira não aplicam derrama, que é outra das possibilidades em termos de receitas municipais que nunca foi implementado, e tendo em conta o enquadramento, quer político quer económico do momento, dificilmente terá algum sentido que seja feito. De seguida informou que ainda havia a questão fulcral, que eram as políticas sociais e educacionais que as Câmaras têm, ou seja, que afetam se calhar uma cotação semelhante à componente do IRS, na implementação de diversas políticas e medidas socias, tendo enumerado algumas de forma a exemplificar. De seguida realçou o facto de, no caso de se concretizar a medida em causa, não se fazer qualquer distinção entre as famílias que têm necessidade e aquelas que não.----------

-------- Ainda o Conselheiro Roberto Monteiro acrescentou que só haveria uma solução que era ou passariam o IRS para as pessoas e acabavam-se as políticas sociais organizadas e geridas diretamente pelos municípios, ou mantinham o sistema que tinham. Reforçou que a questão era pertinente e objetiva, mas que as Câmaras não

estavam em situação financeira de continuar a manter o suporte social e educativo, que davam às famílias, com mais quebras de receitas, que estaria aberto a ponderar essa situação se fosse viável acabar com as políticas sociais que a Câmara implementa. Colocou a questão se a Câmara devolvesse o IRS às famílias, as centenas de jovens que têm apoios de bolsas de estudo, com o IRS que as famílias iriam receber, teriam condições de continuar a estudar, sendo que na sua opinião não, porque a maior parcela do IRS seria devolvida para os agregados que não estão em pior situação. Acrescentou que a ideia era bem concebida, na perspetiva se era possível devolverem rendimento às famílias que estão a ser atacadas e abaladas por todos os lados, colocando a questão se o devem ou o podem fazer à custa do fim das políticas e dos projetos sociais que as Câmaras fazem. Concluiu dizendo que esta era a ideia basilar e que a Câmara não tem hipótese de substituir essa receita por outra qualquer, pois ela não vem de lado nenhum, e manter tudo aquilo que faz pelo apoio às famílias ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** acrescentou que as intervenções haviam sido todas muito claras e que apenas queria aproveitar para, questionar sobre que percentagem de IRS vai diretamente para o Município.----------

--------O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** respondeu que são cinco por cento e que os restantes noventa e cinco são para o Governo Regional, no caso dos Açores e da Madeira, mas que o que estava em causa era abdicar de uma percentagem, entre zero e cinco, ou seja, haver uma parte que seja devolvida às famílias, mas nesse caso em concreto é devolvido a todos sem distinção. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** questionou se os Municípios dos Açores recebem os cinco por cento. ----------

--------O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** respondeu que os que não aprovaram qualquer percentagem de devolução recebem, ou estão recebendo, os cinco por cento. ---

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** questionou se algum município, dos Açores, havia adotado essa medida. ----------

--------De seguida o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** respondeu que haviam dois casos, sendo o primeiro o de Ponta Delgada, que fez uma grande festa com a medida em causa, devolvendo cerca de dois a dois e meio por cento, mas que após os cortes voltou atrás. O segundo é o caso da Graciosa que, contra a vontade do executivo, ou seja, o partido que suporta a Câmara tem minoria na Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal deliberou, na totalidade dos cinco por cento, para reverterem a favor dos munícipes.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio**, questionou se a Graciosa mantinha essa medida. ----------

--------O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** respondeu que tinha quase a certeza que sim e que sabia que no caso de Ponta Delgada havia sido aprovado, talvez em dois mil e nove, e que depois disso o processo havia voltado atrás. Concluiu dizendo que a questão de fundo dizia respeito ao facto de que tudo era possível na gestão dos meios, mas que não pedissem às Câmaras que fiquem com menos um milhão e meio de euros por ano e que continuem a suportar as políticas sociais, porque as mesmas não têm condições para tal. ----------

--------O **Conselheiro Senhor Guilherme Melo** interveio para, mais em termos de opinião pessoal tendo em conta a falta de discussão profunda do tema em causa no seu grupo, referir que acha a ideia e o projeto muito interessantes, que também deve ter em conta que essas verbas têm grande importância e que abrangem situações e grupos sociais que carecem de apoio, pelo que, pessoalmente diz entender que essa tem que ser uma situação muito bem analisada. Continuou dizendo que era nítido que o cidadão

comum praticamente não faz ideia essas verbas, que são aplicadas a nível do seu Município, para onde vão e que cada vez mais, hoje em dia, as pessoas já começam a questionar o dinheiro dos seus impostos onde é que é aplicado. Referiu que pensa que o que falta, para puderem ter opiniões mais sustentadas, é terem uma ideia de que famílias iriam beneficiar com essa eventual reversão, ou seja, se fosse possível haver algum estudo em que permitisse ver que tipo de escalões, que tipo de grupos iriam beneficiar com essa medida seria muito interessante e que, de certa forma, colocaria os próprios Presidentes de Câmara e membros das Assembleias Municipais atentos a essa matéria. Concluiu saudando a pertinência e a apresentação do ponto em causa. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** acrescentou que o eventual desagravamento fiscal teria de ser generalizado a todos os munícipes, que não deveria haver exceções. ----------

--------Posteriormente o **Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para referir que concorda plenamente com o enquadramento feito pelo Conselheiro Pimentel Dias, devido à situação que todas as famílias estão a viver, mas que se concorda com isso, concorda ainda mais com a intervenção do Conselheiro Roberto Monteiro, uma vez que não se pode provar, de maneira nenhuma, os Municípios da assistência social que prestam ao concelho. Acrescentou que, como presidente de junta, sabe perfeitamente das dificuldades das pessoas, pelo que não concorda que se prive, neste momento, os municípios dessas verbas, que o que é preciso era uma alívio da carga fiscal para esse setor da população, que retirando as referidas verbas à Câmara se está a aumentar, ainda mais, a miséria, não contribuindo em nada para a melhoria das condições de vida dessas pessoas. ----------

--------De seguida o **Conselheiro Senhor António Parreira** usou da palavra informar os valores pertencente a cada Câmara (Angra com um milhão, cento e vinte e dois mil euros e a Praia com quatrocentos e oito mil euros), referindo que restava saber se efetivamente as mesmas iriam ser ressarcidas desses valores. Continuou dizendo que a proposta era pertinente e interessante mas que o fundamental era perceber quanto é que esse valor representa para todas essas famílias, porque dividir esse dinheiro por todos deve ser uma coisa simbólica, sendo que se a autarquia reforçar as suas políticas sociais abrande um leque maior de pessoas e se possuir algum dinheiro para investir vão criar trabalho para algumas empresas, logo vão criar emprego para as pessoas. Concluiu dizendo que, na sua opinião, seria mais vantajoso do que dar o dinheiro diretamente às pessoas. ----------

--------O **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** interveio para dizer que as políticas públicas, em sentido genérico, devem ser transversais, não podem estar sempre pensadas e dirigidas àqueles que se diz serem os mais necessitados, que são os desempregados aqueles que têm as rendas apoiadas, porque se isso fosse verdade era preciso saber até que ponto esse apoio, que é dado a esses grupos, carece ou não de fundamento. Continuou dizendo que o assunto apresentado havia sido uma proposta e não era para se votar naquele momento, que o dinheiro dos impostos na mão dos cidadãos estaria melhor entregue do que nas mãos das entidades públicas e se se devolver aos cidadãos o dinheiro dos impostos, aqueles que os pagam através do consumo e da despesa vão fazer retornar isso às entidades públicas, nomeadamente através do IVA. Acrescentou que muitas das pessoas que são carenciadas estão isentas de IRS, logo essa medida, a ser tomada, não as abrangeria e que devolvendo uma parte desse dinheiro aos cidadãos, estes podem consumir mais, levando os poderes públicos a verem o retorno disso através do IRS. De seguida, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e referiu que este havia cometido um lapso quando se referiu a centenas de

pessoas a receberem bolsas de estudante, dizendo que, por município, estariam no máximo vinte ou trinta pessoas, pelo que não tinha significado na expressão financeira dos municípios dos Açores. Na sequência disso deixou duas questões, sendo a primeira sobre o porquê de só os carenciados receberem bolsas de estudo e a segunda sobre o porquê de os bons alunos, independentemente da condição financeira, não receberem uma bolsa de estudo como havia antigamente. Referiu, ainda, que as políticas públicas têm de pensar em todos os estratos populacionais, pois se as políticas socias são concretizadas e bem, devem-se aqueles que pagam impostos pelo que não podem ser só estes a suportar tudo e não terem uns poderes públicos a olharem por si, para as suas necessidades. Acrescentou que a lei possibilita ir de um até cinco por cento, mas que não havia falado em qualquer um desses valores, que os poderes públicos é que tinham de colocar no prato da balança e que um dia, quando a fonte secar, se calhar nem sequer alguma política social poderiam concretizar, porque cada vez paga menos impostos e com as reduções na remuneração e a falta dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores que exercem funções públicas, as autarquias também se iriam ressentir porque deixariam de receber a sua quota-parte, pelo que a comparticipação do IRS irá ser refletir nisso. Concluiu pedindo que se discutisse o presente assunto, sem compromisso de se tomar qualquer decisão, uma vez que estas são sempre de cada município e esses são livres de as tomar ou não, mas que a decisão de levar ou não esse assunto aos respetivos concelhos fosse deferida e que houvesse a possibilidade de se discutir, o mesmo, com maior profundidade e ver que, efetivamente, há agravamento financeiro para todos, pelo que as políticas públicas têm que olhar para todos. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Guilherme Melo** usou da palavra apenas para dar um contributo informativo, ou seja, na sequência da intervenção do Sr. Deputado António Toste que referiu que as verbas poderiam ser direcionadas para o investimento, vem referir que esses cinco por cento de IRS, de acordo com a legislação em vigor, têm que ser exclusivamente afetas a políticas sociais, mas que o Sr. Presidente Roberto Monteiro poderia explicar melhor. ---------- .

--------**O Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** interveio para enumerar algumas situações que mostram, claramente, a aplicação das políticas transversais: ----------

-------- Rede viária/manter as estradas; ----------

-------- Garantir o funcionamento e suportar as escolas do ensino básico; ----------

-------- Diagnósticos de saúde a todas as crianças e jovens; ----------

-------- Atividades extracurriculares, como o inglês e as ciências;----------

-------- Apoios às crianças com necessidades especiais; ----------

-------- Rede de creches e ATL para todas as crianças;----------

-------- Promoção da cultura; ----------

-------- Suportar prejuízos com o sistema de recolha e tratamento de resíduos. ----------

--------Ainda o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** e na sequência dos pontos referidos, diz que por outro lado quando se fala em devolver IRS às pessoas porque vai dar mais receita em IVA, relembrando que o IVA não é receita das Câmaras nem das Autarquias, o que iriam fazer era retirar meios às Autarquias e passar para o Governo da República e para o Governo Regional. Por fim referiu que, neste momento, a sua preocupação são as pessoas que estão desempregadas e no fim de um sistema de cobertura social e que se tem que, as Câmaras e o Governo, reorientar meios para aqueles que vão criar empregos, que são capazes de criar emprego, não para aqueles que já estão empregados. Concluiu dizendo que era esta a proposta que deixava na Mesa e que assumia responsabilidades diretas ou indiretas por ela. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para, uma vez mais, concordar com o Conselheiro Pimentel Dias, referindo que apenas discordava com o facto de ele ter dito que as pessoas necessitadas não pagavam impostos. Acrescentou que o que deveriam fazer, em vez de propor aos municípios devolverem um ou dois por cento do IRS, era uma proposta ao Sr. Ministro das Finanças para aliviar os impostos a todos os portugueses o que fazia com se injetasse mais dinheiro na economia, fazendo-a crescer. -

--------**O Conselheiro Senhor António Parreira** usou da palavra para reforçar o que já havia sido dito pelo Conselheiro Roberto Monteiro, ou seja, que as pessoas usufruem daquilo que pagam (estradas, hospitais e educação). De seguida referiu que era importante perceber quanto é que toca às pessoas/famílias monetariamente e que então, depois disso, se poderia fazer contas. Por fim lembrou aqueles que menos têm (com rendimentos abaixo do ordenado mínimo), como sendo uma preocupação sua e que deveria ser de todos, de como são importantes os apoios dados aos mesmos e de como é importante, dentro daquilo que é possível, as Câmaras reforçarem esses apoios para abrangerem mais pessoas. Reforçou que é muito importante pensar naqueles que menos têm, apesar de não saber até que ponto as Câmaras o podem fazer, mas que a fazê-lo se deve fazer para essas pessoas.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** interveio para, como síntese, dizer que havia sido muito oportuna a intervenção e a ideia do Conselheiro Pimentel Dias, mais que não fosse a título informativo. Mencionou que os argumentos estavam lançados, que os Senhores Presidentes de Câmara tinham uma palavra muito importante nessa decisão pelo que, quanto muito, o que o Conselho de Ilha poderia fazer, caso concordassem, era apenas uma recomendação a ambas as Câmaras Municipais da Ilha que estudassem a possibilidade e o eventual interesse, ou não, de reverterem uma percentagem, da parte variável do IRS que recebem, a favor dos munícipes e poderem, de futuro, informar o Conselho de Ilha sobre qual a decisão tomada. Acrescentou que o que o Conselheiro Roberto Monteiro explicou era perfeitamente compreensível e que todos sabem que, hoje em dia, quatrocentos ou quinhentos mil euros no orçamento de uma Câmara fazem muita falta, porque estas têm cada vez menos receita e cada vez mais necessidade de intervir em diversos níveis, nomeadamente a área social. Referiu que o problema presente era de redistribuição, do desagravamento ser feito da melhor forma e de qual a melhor forma de implementar as políticas transversais pelo que, se concordassem e sem nenhum compromisso, com a recomendação acima referida, apenas para o assunto não morrer já que foi levantado, sendo que qualquer decisão da Câmara terá toda a legitimidade e só terá de ser respeitada. Por fim questionou ambos os Presidentes de Câmara se concordavam com a referida recomendação tendo, os mesmos, respondido que sim.----------

--------**O Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para reforçar que, como já havia dito, não estava de acordo com a devolução da verba em causa. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** explica que não estavam a dizer se concordavam ou não, que o intuito era de futuro poderem, cada uma das Câmaras, justificar a decisão tomada mas que se o quisessem fazer de imediato que ficaria registado em ata, que não era nada obrigatório.----------

--------**O Conselheiro Senhor João Santos** usou da palavra para referir que se opunha que fosse sequer sugerido às Câmaras para se pronunciarem de futuro.----------

--------**O Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** explicou que existem duas questões que o Conselho de Ilha não pode ignorar, ou seja, se por um lado a Praia tem uma situação de maioria e acima de tudo a vontade do executivo acaba por marcar, em relação a Angra a situação não é exatamente a mesma podendo-se se estar a criar, num

ato de boa vontade e colaboração, um constrangimento. Referiu que com isto não queria dizer que a oposição em Angra fosse contra ou a favor do que quer que fosse, mas que apenas achava que não estavam reunidas as condições necessárias para o executivo camarário responder. Acrescentou que, nesse sentido, e uma vez que estavam representados os vários grupos das Assembleias Municipais, haveriam condições para qualquer Câmara, entendendo que essa situação seria necessária, tomar a iniciativa. Continuou dizendo que tinha a sua opinião, que não mandava sozinho mas que contava com a solidariedade das pessoas, e que não tinha problema nenhum com a presente matéria nem que a mesma fosse discutida na Assembleia Municipal e que nem sabia o que o PSD e o CDS-PP pensavam sobre o assunto, mas que, em boa verdade, não estava a ver forma, nos meios atuais, de nenhuma das Câmaras abdicar dessa verba, porque mesmo abdicando não se via livre da situação dos problemas sociais. ----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** interveio para dizer que ao querer fazer uma síntese havia introduzido uma complicação adicional que não foi bem aceite. Continuou dizendo que era muito simples, ou seja, que esquecessem o que havia dito e que ficaria, apenas, do lado das Câmaras se entendessem de futuro tornar a colocar o assunto ao Conselho de Ilha, por forma a informar o que pensaram sobre o mesmo, ficando assim ao critério de cada uma. Acrescentou que, pessoalmente e como Presidente de Mesa, gostaria de saber, de forma fundamentada, o que é que Angra pensa, uma vez que já havia percebido qual a tendência da Praia. Repetiu que o interesse em trazer, de futuro, o assunto ao Conselho de Ilha era não deixar morrer a proposta que, apesar de tudo, teve um grande interesse e pertinência, pois quer se concorde ou não, o que estava em causa era a melhor maneira de afetar as políticas sociais.----------

-------- A **Conselheira Sofia Gonçalves** usou da palavra para referir que quando disse que não estava bem dentro do assunto não era apenas de visão do peso orçamental, de um milhão e duzentos mil euros por cerca de trinta e cinco mil habitantes, que a analisar dessa forma saberiam que iriam devolver, aos munícipes, mais ou menos trinta euros anuais. Acrescentou que, também, sabiam que ao devolver trinta euros anuais e associando mais ideias deixadas pelo Conselheiro Roberto Monteiro, cada uma dessas pessoas não vai comprar trinta euros em pregos e tábuas para construir uma escola, pelo que ou está a verba toda na posse de uma autarquia, que constrói uma escola e equipamentos que servem todos, ou está dividida pelas pessoas e cada uma a vai usar para si. Continuou dizendo que havia uma questão que achava que era de fundo e que também deveria ser importante, ou seja, aquando da apresentação de propostas, como a presente, era importante também decidir sobre o resto, porque se propõe à Autarquia que reduza o seu próprio orçamento logo terá de se propor onde se cortar. Mencionou que a proposta não poderia ser só de um componente, porque depois seria a própria Câmara a assumir em que é que está a cortar. Referiu que não tinha noção, porque essa tomada de decisão iria repercutir-se no próximo ano e não se sentia devidamente preparada para discutir, a fundo, o presente assunto, nem se ao tomar essa decisão agora do que é que iria implicar, em termos de orçamento do próximo ano, pelo que era preciso concretizar. Por fim questionou em que sentido vinha a proposta, se a autarquia teria de apresentar as consequências que isso representaria para o município ou se seria já com compromisso, se a autarquia teria de dizer se vai ou não aplicar a medida em causa, e se ao aplicar em que é que vai cortar, porque era necessário perceber, em concreto, a que é que dizia respeito a proposta. ----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** respondeu que o que se pretendia era, exatamente, isso, ou seja, se entenderem voltar ao assunto cada autarquia faria o favor de, em futuras reuniões, propor um agendamento. Acrescentou que dava

por encerrado o assunto, que o mesmo havia sido muito bem esclarecido, oportuna a discussão e que as intervenções haviam sido muito interessantes. ----------

--------O **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** interveio para dar um pequeno esclarecimento em relação à sua proposta, ou seja, referiu que esta visou só a discussão, não visou interferir na vida de nenhum município, que não havia falado em valores nem em números. ----------

-------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** acrescentou que o Conselheiro Pimentel Dias até havia dito que não pretendia nenhuma decisão naquele dia…----------

--------O **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** concluiu que não quis interferir na vida de nenhum órgão autárquico, nem da Câmara de Angra que está em minoria, que não quis nem quer interferir, com a presente proposta, em dificuldades em nenhum município, quer tenha maioria quer tenha minoria. ----------

--------3. CAIS DE CRUZEIROS – CONTRIBUTO PARA O DEBATE. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** fez uma pequena explanação sobre o pretendido no presente ponto, apresentou o Sr. Comandante Capelos (perito em áreas operacionais marítimas e com uma vasta experiência nesse sentido) que iria apresentar a sua visão da situação. De seguida explicou a conclusão da reunião com o Secretário da Economia, ou seja, disse que este deu uma grande importância ao investimento no Cais de Cruzeiros como potenciador de acréscimo significativo do fluxo turístico, não só para a Ilha como na própria Região, que manifestamente havia sido muito favorável e defensor do projecto. Referiu que não sabia como a opinião pública irá aceitar uma afetação tão significativa de verbas por um projeto desses, com a existência de tantas carências sociais. Por último passou a palavra ao Sr. Comandante Capelos para que o mesmo explicasse o projeto. ----------

--------O **Senhor Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** agradeceu ao Sr. Capelos a disponibilidade para vir alertar alguns aspetos técnicos da baía de Angra, que tinha a ver com a possibilidade de construção do Cais de Cruzeiros, de seguida explicou o conteúdo das três imagens projetadas. ----------

--------**O Senhor Capelos** começou por explicar as imagens apresentadas e quais as diferenças entre as mesmas, nomeadamente, a diferença entre a imagem referente à sua proposta e à proposta apresentada pelo Governo Regional. Esta diferença diz respeito às dimensões, ou seja, é apresentada uma proposta, pelo Governo, em que o molho tem cerca de quinhentos metros o que é relativamente pequeno para proteção do Cais de Cruzeiros. De seguida explicou de que forma é que o mar entra no molho e de que forma este pode ser prejudicial à permanência dos cruzeiros no cais. Referiu que havia chamado a atenção que, como já havia dito o molho era de cerca quinhentos metros e o cais de cerca de trezentos, era pequeno mesmo que fosse para receber um navio só com trezentos metros, porque o navio tem que amarrar à popa e à proa e tem que ter espaço para se manter em segurança, mas, em contra partida disseram que se alguém tivesse alguma coisa a dizer teriam de apresentar, o mesmo, por escrito sendo que, no entanto, o projeto em causa já sairia muito caro e não saberiam se teriam, ou não, possibilidade para o efeito. Continuou dizendo que, mais tarde, havia sabido que setenta e cinco por cento era financiado a fundo perdido pelo que, na sua opinião, se não se tiver um cais de cruzeiros agora nunca mais se irá ter, e que este é uma mais-valia, para os Açores. Por último explicou as caraterísticas e os benefícios do seu projeto.----------

--------O **Senhor Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** lembrou que a situação que o Sr. Capelos propõe, tem uma grande vantagem que é a criação de uma zona de proteção ao Castelinho devido às suas dimensões.----------

--------**O Senhor Capelos** acrescentou que o quebra-mar nasce a leste do Castelinho e como este está com dificuldades em se aguentar de pé isso seria uma mais-valia para o mesmo. De seguida explicou onde seriam os acessos, para carros e passageiros, ao cais.-

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** usou da palavra para, em primeiro lugar, agradecer porque de obra marítima muito pouco ou nada percebia e que uma coisa que ao longo dos anos se tinham habituado a ver era que tudo o que havia sido feito, de obras marítimas, na Região que não tivesse em consideração a opinião das pessoas entendidas, normalmente não tinha resultado. De seguida fez uma síntese do que havia sido dito, ou seja, que no projecto do Governo se falava num cais de trezentos metros e que o Sr. Capelos falava em quatrocentos, que o molho tinha quinhentos e ele falava em oitocentos e a porta de entrada duzentos e cinquenta metros e ele falava em trezentos metros e que para além da questão de números o Sr. Capelos também havia falado em aspetos operacionais. Por fim chamou a atenção para o objetivo do tema, ou seja, que não era tanto discutir os aspectos associados ao interesse do projecto, ou não, do cais de cruzeiros, mas sim rever o aspecto operacional do mesmo, que está em discussão pública até ao fim do primeiro semestre de dois mil e doze, pelo que como estava presente um homem experiente, se alguém quisesse colocar alguma questão estava à vontade para tal. ----------

--------**O Conselheiro Senhor João Santos** começou a sua intervenção pedindo desculpas ao Sr. Presidente da Mesa, mas que a sua última explicação lhe tinha tirado toda a latitude de intervenção, ou seja, que quase ficaram sem discussão/sem assunto porque havia entendido que o Conselho de Ilha iria falar no interesse para a ilha, na pertinência e na oportunidade mas que o Sr. Presidente da Mesa lhe trazia uma questão técnica que, salvo estivesse enganado, não reconhecia competência técnica a ninguém para discutir um assunto desses, pelo menos ele não tinha, pelo que ficaria à margem da discussão. Acrescentou que este seria um assunto que deveria ser deixado, única e exclusivamente, aos técnicos discutirem, porque os Conselheiros poderiam ter muitas opiniões, mas que não eram eles a decidir, a ter competência técnica e a perceber do assunto. Referiu que o Sr. Capelos, efetivamente, prestou um esclarecimento e havia feito uma intervenção que o elucidou relativamente a algumas coisas, mas que não fazia ideia se ele tinha ou não razão nem se a sua solução era a melhor. Conclui dizendo que não lhe parecia razoável o Conselho de Ilha pronunciar-se, do ponto de vista técnico, sobre o cais de cruzeiros e que se a discussão fosse orientada nesse sentido não iria participar nela.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** interveio dizendo pensar que o Conselheiro João Santos não havia percebido o alcance das suas palavras. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Rui Castro** em primeira instância agradeceu a explicação e referiu que, a seu ver, enriqueceu o debate e o conhecimento sobre o assunto. De seguida questionou onde era possível ver, na carta, a localização dos alegados tesouros marítimos que estão na baía e se as manobras dos navios, ou seja, os movimentos das águas dos fundos têm, ou não, qualquer interferência com esses restos.-

--------**O Sr. Capelos** respondeu que tinha com certeza, que se havia falado disso no debate no Centro Cultural, e que tinha falado com um Sr. Arqueólogo Subaquático que dizia que colocava o Governo Regional em tribunal caso ele alguma vez não respeitasse os achados do fundo do mar. Acrescentou que, quanto a si, achava que essa era uma questão fácil de ultrapassar, tendo em conta que os referidos achados se poderiam

rebocar para águas mais calmas, pelo que não seriam obstáculo à construção em causa. Concluiu dizendo que achava que esta era uma questão de dinheiro, porque a construção era viável, porque era numa cidade património, uma cidade que precisa e que, na sua opinião pessoal, havia fechado as portas ao mar sendo que assim voltaria a abri-las, mas com outra viabilidade, outra força para até promover os Açores em si. Por outro lado, referiu que ao serem financiados setenta e cinco por cento, ou até oitenta e cinco por cento como já havia ouvido falar, era caso para se dizer agora ou nunca à referida construção. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Guilherme Melo** interveio para agradecer, ao Sr. Capelos, o valioso contributo para a discussão e dar-lhe os parabéns pelo trabalho que tem vindo a desenvolver. Referiu ser apologista de que essa era a melhor altura para se discutir tudo e mais alguma coisa sobre o cais de cruzeiros, mesmo em termos técnicos, que não sabia e por isso mesmo se deveria perguntar às pessoas que têm a melhor experiência, pelo que estavam na presença de uma pessoa que conhecia bastante essa área e que melhor do que ninguém poderia dar uma opinião sobre aquilo que, eventualmente, o cais de cruzeiros poderá vir a ser ou, sobretudo, aquilo que Angra precisa nessas circunstâncias. Na sequência disso deu os parabéns ao Sr. Presidente por ter aproveitado a oportunidade para se discutir esse assunto ou, pelo menos, terem a oportunidade de ouvir pessoas. Lembrou, ainda, que já haviam tido experiências passadas, nomeadamente na nova aerogare das Lajes, em que acabaram por estar a mexer numa coisa já velha, onde se gastou bastante dinheiro, quando outras pessoas diziam que fazendo tudo de nova se poderia ter melhorado substancialmente, que estas eram opiniões que se calhar na altura não foram bem aprofundadas mas que, dado investimento tão avultado todo o tempo é pouco para se discutir sobre o mesmo.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** usou da palavra para dizer que quando quiseram trazer um especialista em questões operacionais, era no sentido de serem elucidados relativamente ao projeto que foi apresentado e que está em debate público. Acrescentou que, embora, nenhum sendo especialista em questões técnicas, ouvindo a voz da experiência, poderiam ser ajudados no sentido de criar um juízo de valor, uma opinião ou até, pelo menos, refletir sobre aquilo que efetivamente é posto em discussão. Relembrou as obras feitas, há mais de vinte anos, no cais da Calheta, em São Jorge, que foram um autêntico fiasco devido a uma conceção errada que não levou em consideração a opinião de gente entendida no mar, pelo que foi necessário novas intervenções de correção tendo se gasto imenso dinheiro. Por último colocou uma questão ao Sr. Capelos, na sequência da sua crítica ao projeto apresentado por ser pequeno, se com as condições presentes e se, porventura, for invertida a posição de entrada dos navios, mesmo assim fica perigoso ou de alguma maneira a manobra pode ser feita em segurança. ----------

--------**O Sr. Capelos** respondeu que naturalmente é feito em segurança, com o que propôs, mesmo com algum vento poder-se-á manobrar o navio ali. Acrescentou que convém ter algum cuidado porque o navio quando vem aos Açores, e para operar cá, não vai estar à espera que o tempo melhore, mas que quase sempre poderá operar naquele porto todo o ano. Em relação à versão do Governo disse que esta tem segurança e não tem, porque o quebra-mar em vez de oitocentos metros, como propôs, só tem quinhentos. De seguida explicou como o mar se comporta naquela zona e quais as consequências de se ter só quinhentos metros de proteção, por último disse que um bom quebra-mar é uma mais-valia, porque protege e porque tudo está dependente dele.--------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** interveio para concluir que no projeto do Governo, na opinião do Sr. Capelos, as condições de segurança

ficavam um pouco aquém daquilo que seria o desejável, e que as dimensões, apresentadas por ele, seriam o mínimo para ter essa segurança, em condições razoáveis. Acrescentou que se calhar até seria oportuno, se os Srs. Conselheiros entendessem e como está em consulta pública, o Conselho poder emitir uma opinião sobre essa questão, isso depois de se ouvir o Governo e a equipa projetista que virá apresentar as razões porque tem aquele projeto. Por fim agradeceu, novamente, a presença do Sr. Capelos e relembrou a sua importância para o debate.----------

--------**O Conselheiro Senhor António Toste** usou da palavra para, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Capelos a ajuda prestada e para informar que já o tinha ouvido na discussão no Centro Cultural e de Congressos. Referiu que achava que era importante, uma vez que o debate estava aberto e que se aceitavam propostas, que se lembrava da existência de várias sessões de esclarecimento sobre o tema, pelo Dr. Maduro Dias, sendo que na primeira a maior parte das pessoas era contra a construção em causa, tal como havia acontecido aquando da construção da via rápida Praia-Angra. Acrescentou que achava importante e até fundamental perceber se é necessário, se é importante, se é preciso, porque tal como já havia sido dito Angra perdeu-se um pouco, pois com o porto da Praia ficou praticamente sem o porto do Porto de Pipas e, na sua opinião, o cais de Angra era importante para servir passageiros entre ilhas e era estratégico. De seguida fez uma síntese de forma a tentar perceber o que tinha sido explicado, ou seja, em relação ao molho disse que na altura tinham falado em quatrocentos e cinquenta metros, pelo que aqui havia falado em quinhentos metros, que os barcos cruzeiro em média medem menos de trezentos metros e que o que tinha percebido, na altura, é que barcos com trezentos metros encostavam relativamente fácil no molho apresentado pelo Governo; que a abertura não era de duzentos e cinquenta metros, que o que tinha percebido eram duzentos e noventa, que na altura o Sr. Capelos tinha questionado que deveria ter, no mínimo, trezentos e eles apontavam para os duzentos e noventa e que estes o barco entrava de frente, rodava dentro da baía e podia encostar. Continuou dizendo que da mesma forma que o Sr. Capelos tem a sua explicação, também já havia falado com outras pessoas, com a mesma formação do Sr. Capelos e que lhe disseram que com as condições apresentadas existem condições para operar dentro da baía. De seguida falou no facto de se querer aumentar, em quase o dobro, o molho e nos custos que isso poderia ter, questionando se se justificava fazer mais trezentos metros. Referiu que o Sr. Capelos não havia explicado uma situação importante, ou seja, que o molho não se ficava a ver, que, daquilo que tinha percebido, ficava todo abaixo de água e que em questões de bom tempo o barco poderia atracar por fora do molho. Por fim referiu que, pelo que havia percebido, o projeto tinha todas as condições e que acreditava nas pessoas que o haviam apresentado. Concluiu questionando quanto poderia custar aumentar mais trezentos metros e quais os benefícios que possa ter em relação ao que está proposto. ----------

--------**O Sr. Capelos** respondeu que a pessoa que disse que poderia, eventualmente, atracar ali de proa, se calhar trabalhou pouco tempo ou nunca trabalhou no Porto de Angra, que era bom que as pessoas assumissem, por escrito, aquilo que dizem. Referiu que havia sido feita uma simulação, por parte dos Srs. que apresentaram o projeto no Centro Cultural de Angra, mas que chamava a atenção de que uma simulação não era o mesmo que trabalhar ao vivo e explicou como se poderia fazer para rodar o barco naquelas condições. De seguida falou na questão do quebra-mar não aparecer e disse que este tem de aparecer, à semelhança do porto da Praia. Fez referência à obra das Portas do Mar, em São Miguel e ao porto de Angra como sendo das boas construções que conhece, acrescentando que, no caso do porto de Angra, eram necessários mais trezentos e cinquenta metros para servirem de plataforma para a distribuição de cargas nas ilhas, o

que poderia melhorar a economia. Referiu que quando se fala nos trezentos metros, no acrescento do cais, acha que não sairia assim tão caro, porque aquilo vai descendo gradualmente, que o que está no plano poderia ir aos vinte e oito, no máximo trinta metros, e que quando fala no máximo trinta metros é para a base, para o sopé do redondo do molho em si. Acrescentou que por detrás do cais só para fundear navios, não para atracar. Concluiu reforçando a ideia de que um bom quebra-mar é uma mais-valia. -------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** interveio para questionar o Sr. Capelos, se já havia feito chegar ao debate, junto da entidade que recolhe informação, a sua opinião técnica ou se o iria fazer.----------

-------- **O Sr. Capelos** respondeu que pensa em fazê-lo e que está aberto a responder, pois essa é a sua opinião. Acrescentou que era bom ouvir os pescadores e que já o tinha dito, pois eles nasceram e vivem naquele porto logo conhecem o mar melhor do que ninguém. Concluiu falando nas dificuldades, de antigamente, em ser-se piloto e nas facilidades que hoje têm, devido às novas tecnologias. ----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** questionou se os projetistas do projeto do Governo não teriam tido em consideração as novas tecnologias, dos paquetes atuais, daí o mesmo não ter as dimensões que o Sr. Capelos gostaria que tivesse. ----------

-------- **O Sr. Capelos** respondeu que quando foi apresentado o cais não estava, presente, nenhuma pessoa ligada diretamente ao mar, eram técnicos, mas que lhes tinha dito que discordava deles, que aquilo era uma cópia de uma projeto que havia feito só que pecava por ser pequeno, que de resto estava bem. Em relação a operar dentro do porto, referiu que se opera com navios relativamente pequenos, mas que na sua opinião com navios de dimensões grandes nunca. ----------

-------- **O Conselheiro Senhor Rodrigo Ávila** interveio para manifestar a opinião da Câmara de Comércio. Começou por dizer que não se podiam esquecer da experiência com a Marina de Angra, que estamos no meio do Atlântico e não temos capacidade para receber iates transatlânticos, porque não existem dimensões para tal. Em relação ao que está a ser feito ou projetado referiu que já que se vai fazer que se faça em condições, porque para promover e acolher paquetes e futuras embarcações há que ter condições para isso. Por último referiu que a Câmara de Comercio apoio o projeto em causa desde que não ponha em risco o plano logístico que têm preparado, que este contempla melhorias no porto da Praia da Vitória e que essas têm de ser feitas porque trará mais dinâmica económica para a Região e é fulcral para a Ilha Terceira. Referiu, ainda, que existem duas obras de grande dimensão para serem feitas na ilha, mas que não abrem uma em detrimento da outra, que são obras com mais-valias para os dois concelhos e que o fundamental é defender a Ilha em si.----------

-------- O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** usou da palavra para, em primeiro lugar, agradecer ao Conselheiro Rodrigo pela sua primeira intervenção. De seguida disse que ele havia feito a síntese perfeita, que disse exatamente aquilo que, enquanto Presidente do Conselho de Ilha, pensa e que tem a certeza que a maioria dos Conselheiros têm expressado ao longo de várias reuniões, ou seja, que o cais de cruzeiros é importante, que o apoiam e que acham ser uma infraestrutura importante mas que o porto da Praia da Vitória é, naturalmente, a vocação de carga da Ilha Terceira e essencial para a Região, pelo que não se pode descorar de um investimento fundamental que tem que ser feito. Continuou dizendo o porquê de ter restringido o debate aos aspetos técnicos operacionais, sendo que esse motivo se prende com as obras marítimas que não foram bem-feitas, nos últimos anos, nos Açores devido ao facto de não se ter tido em atenção os homens entendidos no mar, que sabem por experiência própria como

é que as coisas funcionam. Conclui dizendo que uma coisa é ser fazer uma simulação num gabinete técnico e outa é estar no terreno a ver como é que as correntes se comportam e como é que o mar se posiciona. ----------

--------**O Senhor Capelos** interveio para dizer que o porto da Praia da Vitória é o porto essencial, é o porto que realmente alimenta a Terceira, que sobrevivemos sem o Cais de Cruzeiros mas que este é uma mais-valia sem dúvida. De seguida falou nas boas condições do porto da Praia da Vitória e no que se podia melhorar e concluiu dizendo que se lhe perguntassem qual dos dois prefere, que com certeza responderia o da Praia da Vitória porque é dele que sobrevivemos. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Pimentel Dias** usou da palavra para mencionar que o Conselho de Ilha poderia e devia pronunciar-se, em se de audiência, e devia fazer chegar o seu parecer junto do Governo Regional. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Fernando Sieuve de Menezes** referiu que, como perceberam, a ideia da Mesa havia sido tentar que as pessoas ficassem munidas de mais conhecimentos técnicos, para numa abordagem, na apresentação feita com os responsáveis do Governo, também se poderem aperceber melhor das razões, do porquê de algumas cosas que são ditas e, também, poderem ter alguma sustentabilidade nas perguntas e nas questões que poderão querer levantar. Continuou dizendo que, depois da sugestão do Conselheiro Pimentel Dias, teria que haver um debate mais aprofundado e que depois de se saber quais os financiamentos, em função do que o Conselheiro Rodrigo Ávila havia dito, saber-se se há dinheiro só para uma coisa ou se uma coisa nada tem a ver com a outra. Conclui agradecendo, encarecidamente, ao Sr. Capelos porque lhe haviam roubado algum tempo da sua vida para preparar a sua apresentação, agradeceu tudo quanto ele tem feito nesse sector e agradeceu, em nome da Mesa e do Conselho de Ilha, a sua presença, desejando-lhe que ele continue a lutar pelas duas batalhas que são o Porto da Praia da Vitória e o Porto de Angra do Heroísmo. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Pimentel Dias** questionou se era possível fazer chegar as imagens projetadas aos *mails* dos Conselheiros. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Fernando Sieuve de Menezes** respondeu que tinha as imagens, que poderia mandar para o Dr. Mário, que eram imagens muito pesadas, que teriam de ser comprimidas mas que achava que se poderia fazer. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** conclui, uma vez mais agradecendo a presença e o contributo do Sr. Capelos. ----------

--------**4. A SITUAÇÃO ECONÓMICA E O EMPREGO NA ILHA.** ----------

--------**O Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** usou da palavra para sugerir que o presente ponto fosse o primeiro ponto da ordem de trabalhos da futura reunião do Conselho de Ilha, uma vez que não gostaria que uma matéria dessas fosse tratada em cinco ou dez minutos e no final de uma reunião. Referiu, ainda, que deixava á responsabilidade da Mesa avaliar em relação ao ponto cinco. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para dar uma achega ao que se referia ao ponto cinco da ordem de trabalhos. Referiu que queria expressar exatamente o mesmo pensamento que o Conselheiro Roberto Monteiro e que achava que o ponto cinco, a não ser discutido, também, com a devida atenção mais valia ser agendado para a próxima reunião, até que estivesse, presente, um representante da ANAFRE que poderia enriquecer o debate.----------

--------**O Conselheiro Senhor Pimentel Dias** interveio para dizer que concordava, absolutamente, que o tempo era escasso para abordar os pontos quatro e cinco, mas que, também, achava que era muito distante a próxima reunião, só em Maio, e que deveria ser

realizada uma extraordinária, em fevereiro, sobre as duas matérias em causa e, eventualmente, com mais algum ponto. ----------

--------**O Conselheiro Senhor Guilherme Melo** usou da palavra para se associar à proposta do Conselheiro Pimentel Dias e sugerir, à Mesa, que junto das entidades procurassem obter dados mais concretos sobre a situação económica na Ilha, nomeadamente, desemprego, inscrições e tudo o pudesse existir de dados sobre a matéria em causa. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** referiu que havia tentado fazer algum trabalho de casa, porque lhe competia como Presidente da Mesa, mas que não havia estatísticas de desemprego por ilha. Mencionou que não conseguiu encontrar e que se alguém pudesse dar esse contributo tinha muito interesse. Concluiu dizendo que lhe interessava, efetivamente, ter dados do desemprego na ilha e que se o Sr. Conselheiro os tivesse e pudesse partilhar, agradecia.----------

--------**O Conselheiro Senhor Guilherme Melo** respondeu que não tinha acesso à informação pretendida mas que a Mesa, junto da Direção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, poderia obter dados sobre o emprego na Ilha Terceira. ---------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** referiu que poderiam tentar. De seguida falou sobre outro aspeto que tinha que ver com o ponto cinco, ou seja, sobre o livro verde, disse que não tinha tido acesso ao mesmo e que se algum dos Conselheiros lhe pudesse dizer onde obter que era interessante.----------

--------**O Conselheiro Senhor Pimentel Dias** respondeu que o poderia obter no portal do Governo. ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** disse que então, se calhar, também iria fazer, o mesmo, chegar a cada um dos Senhores Conselheiros. -------

--------**O Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para recomendar que se fosse ao *site* da ANAFRE e que se tirasse as conclusões do décimo terceiro congresso, que se havia realizado em dezembro. Informou que tinha cópias para distribuir, quando se fizesse a discussão sobre esse ponto, mas que se ficasse agendado para uma próxima reunião, achava que teriam lá matéria para cada um por si fazer o trabalho de casa que entendesse. ----------

--------**A Conselheira Senhora Verónica Bettencourt** acrescentou que, infelizmente, não conseguiu esses dados, relativamente à situação económica e do desemprego na Ilha Terceira, mas que já havia solicitado e que se entretanto lhe fizerem chegar, não terá qualquer problema em entregar a todos os conselheiros.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** referiu que achava muito sensato adiar esses pontos para uma próxima reunião, que não seria a ordinária de Maio, mas que iriam tentar fazer uma reunião extraordinária, provavelmente durante o mês de fevereiro, para tentar discutir as temáticas em causa. Acrescentou que as referidas temáticas eram muito importantes e que, sem dúvida, não seria sensato discuti-las naquele momento, com toda a pressão do almoço e do tempo, que eram temas fulcrais e que tinham muito a ver com o momento que se está a viver. Continuou dizendo que, se todos estivessem de acordo, e que ao que parecia estavam, adiavam a discussão dos referidos pontos, que a convocatória seria feita em data oportuna, mas que os temas seriam só os dois em causa para que tivessem tempo para falar claramente sobre ambos. Concluiu dizendo que iria dar a palavra à Conselheira Sofia Couto porque esta havia recebido informação adicional sobre os acessos ao novo hospital e gostava de a partilhar.

--------**A Conselheira Senhora Sofia Couto** interveio dizendo que, no decorrer da presente reunião, havia recebido um *mail* de uma reunião técnica que houve entre um funcionário da Câmara e da Secretaria dos Equipamentos e de onde já havia resultado

alguma informação que julgava ser importante e que passou a ler "*Já foi apresentada, pela Secretaria, ao empreiteiro da obra um novo desenho para as pinturas da circular externa de Angra. Informo que a alteração proposta pressupõe que a faixa da direita, um pouco antes do viaduto, fique destinada apenas para a entrada no hospital, sendo que a faixa da esquerda ficará afeta a outras direções. Deste modo ficam, assim, eliminados possíveis conflitos junto à entrada do hospital com a atual supressão de uma faixa de rodagem.*" ----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** referiu que essa era uma das soluções que o jornal havia falado e que efetivamente resolve o problema, mencionando que não saberia se era da melhor forma, mas que resolvia.----------

--------**A Conselheira Senhora Sofia Couto** disse que estava a apresentar uma conclusão de uma reunião técnica, que de qualquer forma a reunião com o Secretário iria decorrer e que depois iria confirmar se, em termos de Secretário, havia a mesma opinião, mas que deduzia que sim.----------

--------**O Conselheiro Senhor João Santos** interveio para referir que esta sim deveria ser uma preocupação do Conselho de Ilha, que mais do discutir aspetos de ordem técnica, que não dominam e para os quais não têm conhecimentos, que se deveriam preocupar em como é que todas as obras andam a ser feitas, que nunca discutiria, no inicio da obra tal como o Cais de Cruzeiros, como é que iria ser feita, mas que o que queria era ter a certeza que poderia depositar confiança em quem tem os conhecimentos técnicos para fazer as obras. Acrescentou que isso é que o preocupa, porque são sucessivas as obras que são corrigidas antes de serem terminadas, dando o exemplo da aerogare das Lajes. Continuou dizendo que tinha que admitir que não se pronunciava sobre a obra, mas que o que não admitia era que, com empresas projetistas, com empresas de execução, com empresas de fiscalização, as obras terminassem daquela forma. Referiu, ainda, que não queria que o ouvissem a ele, relativamente a aspetos técnicos do Cais de Cruzeiros, que queria era que quem tivesse competência técnica a exercesse e as coisas ficassem bem-feitas, que isso era mais um caso paradigmático da forma como são feitas as obras públicas, ou seja, que uma obra que ainda não terminou já vai ser corrida, questionando o porquê de ter sido feita dessa forma, de quem é a responsabilidade e quem é que vai assumir os custos. Reforçou a ideia de que esta sim deveria ser uma preocupação do Conselho de Ilha, mencionando que não queria dizer que as outras não o fossem, que já tinha manifestado a sua opinião e que respeitava todas as outras mas que a questão das sucessivas correções, do sucessivo gasto de dinheiro, do sucessivo desperdício de tempo em obras, que deveriam ser feitas com a mais elevada competência, e que não o são, é que os deveria preocupar, porque uma parte do tempo e dos recursos são gastos em trabalhos, a mais, que não fazia sentido serem feitos.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** concluiu que era precisamente para evitar isso que estavam a tentar tomar algumas medidas atempadas.---

--------**O Conselheiro Senhor Rui Castro** reconfirmou que no mês de fevereiro teriam uma Assembleia extraordinária para discutir os dois temas em falta.----------

--------O **Senhor Presidente da Mesa, Senhor António Maio** disse que sim, que iriam tentar o mês de fevereiro, uma data de consenso com todos porque nessa matéria, e em outras de implicação regional insistia que era importantíssimo ter a presença dos Senhores Deputados, porque as grandes matérias decidem-se na Assembleia Legislativa Regional, onde eles estão presentes. ----------

--------E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu a colaboração de todos os Conselheiros presentes e deu-se por encerrada a reunião, pelas

13:00 horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. ----------

O Presidente da Mesa

António Gabriel Fraga Martins Maio

O Primeiro Secretário

Ana Rita Meneses Branco